



Deficiência intelectual: desafios e possibilidades no processo de ensino-aprendizagem

Luciana Silva dos Santos ¹

RESUMO

O presente artigo discute a respeito dos desafios enfrentados por uma pessoa com Deficiência Intelectual (DI), a qual ao longo da história sofreu com a exclusão social, mais aos poucos esse cenário tem sido configurado por pessoas que lutam pela inclusão como o todo, bem como as possibilidades frente ao processo de ensino-aprendizagem em elevar as potencialidades e estimular a pessoa com DI. A pesquisa dá uma breve ressaltada em inclusão além dos deficientes, é saber dinamizar com uma sociedade diversificada onde a mesma (inclusão) está no negro, pardo, cigano, quilombola entre outros. A escola tem como objetivo não apenas de dar acesso ao aluno com deficiência, mas também assegurar uma aprendizagem significativa, proporcionando a ação/ reflexão no processo de inclusão. No que concerne o papel do professor é crucial para o desenvolvimento de habilidades de crianças com DI com uso de estímulos, metodologias ativas e o olhar humanizador com Adaptações Curriculares, ou seja, um currículo, PEI (Plano Educacional Individualizado), e o PPP (Projeto Político Pedagógico) adequado à realidade do aluno com deficiência, propondo a convivência e socialização com todos os envolvidos, bem como o acompanhamento interdisciplinar com profissionais da saúde e educação. A pesquisa é de cunho quantitativo, e caráter exploratório por meio de leituras bibliográfica acadêmicas de fontes confiáveis como Cielo, Google acadêmico para melhor aprofundamento do tema sendo possível refletir a importância de potencializar os conhecimentos prévios da pessoa com DI e estimula-los com novas habilidades.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Inclusão. Aprendizagem.

ABSTRACT

This article discusses the challenges faced by a person with Intellectual Disability (ID), who throughout history has suffered from social exclusion, but little by little this scenario has been configured by people who fight for inclusion as a whole, as well as the possibilities in the teaching-learning process in raising the potential and stimulating the person with ID. The research gives a brief emphasis on inclusion in addition to the disabled, it is knowing how to energize a diverse society where the same (inclusion) is in the black, brown, gypsy, quilombola, among others. The school aims not only to provide access to students with disabilities, but also to ensure meaningful learning, providing action/reflection in the inclusion process. Regarding the role of the teacher, it is crucial for the development of skills in children with ID using stimuli, active methodologies and a humanizing perspective with Curricular Adaptations, that is, a curriculum, PEI (Individualized Educational Plan), and the PPP (Pedagogical Political Project) adapted to the reality of students with disabilities, proposing coexistence and socialization with everyone involved, as well as interdisciplinary monitoring with health and education professionals. The research is quantitative in nature, and exploratory in nature through academic bibliographic readings from reliable sources such as Cielo, Google Scholar

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, e-mail: luciannasilva101@gmail.com



to better understand the topic, making it possible to reflect on the importance of enhancing the prior knowledge of people with ID and stimulating them with new skills.

Keywords: Intellectual Disability. Inclusion. Learning.

1. INTRODUÇÃO

Existem diversos conceitos sobre o que é aprendizagem e diversas maneiras de se aprender, nada é engessado, não existe um método pronto, cada indivíduo tem sua particularidade nesse processo. Neste universo chamado aprendizagem podemos compreender o quanto nós seres humanos somos inteligentes, não somos artificiais, e sim os próprios criadores da máquina artificial, isto é, somos os únicos seres vivos com capacidades cognitivas diferenciada de todos outros seres vivos na Terra.

Partindo desses pressupostos o presente artigo refere-se ao desenvolvimento cognitivo de pessoas com Deficiência Intelectual (DI), atrelados aos seus desafios e suas possibilidades no que se diz respeito a sua aprendizagem, e como ela acontece. A palavra aprendizagem conforme o dicionário da Língua Portuguesa, pode ser conceituada como o ato ou efeito de aprender, ou seja, é o processo pelo qual o indivíduo adquire saberes, conhecimentos, valores através de experiências, ensinamentos, observações ou estudos. Já ensino-aprendizagem está associada a troca de saberes, inteirações, debate entre professor e aluno, “eu ensino eu aprendo”, eu aprendo eu ensino”

Uns dos grandes desafios encontrados na educação contemporânea é assegurar a todas as pessoas, inclusive aquelas com algum tipo de deficiência, a permanência na escola e uma aprendizagem significativa, de qualidade que rompa os muros escolares. A educação no país faz parte da formação humana, porém muitas das vezes se passa despercebida, com rotulagens que na prática não se condiz. Diante disto fica evidenciado que precisamos caminhar a passos largos, que é preciso movimenta-se em buscar fazer com que as Políticas Públicas deem atenção a uma educação centrada a realidade atual, com inclusão, valorização dos profissionais de educação, recursos tecnológicos, pedagógicos entre outros.

Logo, este artigo busca contribuir para o campo de pesquisa em educação, tendo em vista que ao falar em deficiências pensamos na palavra inclusão, mas, podemos refletir que a inclusão está atrelada também ao negro, pardo, quilombola, cigano entre outros, e que os estigmas mesmo em uma sociedade globalizada ainda estão presentes e precisam ser quebradas. É necessário refletir de como essa inclusão se dá, no âmbito, escolar, familiar e na sociedade, e



é uma temática que está associada à realidade educacional brasileira e vem gerando debates e inquietações em todas as áreas, por tratar-se de um tema contemporâneo, e que requer continuamente um olhar humanizador, pois a inclusão social muitas das vezes é uma “maquiagem”, isto é, está apenas no papel, uma vez que ela só pode realmente ser chamada de inclusão se todos tiverem seus direitos preservados e isso implica na convivência com todos os indivíduos, bem como um suporte (profissionais preparados) para o professor titular, garantido não apenas o acesso da criança a escola, mais também a permanência.

Dado exposto, um olhar à realidade oportunizando a reflexão de sensibilidade social e criticidade frente às problemáticas que envolvem à educação inclusiva como todo, e que nós como educadores temos um papel crucial em melhorar o processo de ensino-aprendizagem, compreendendo nossa importância como mediador dessa aprendizagem, mas não deixando de ressaltar o papel das Políticas Públicas. Nisto ao ser colocado em pauta a temática com elementos cruciais ancoramos-nos teóricos e alguns autores tais como: Minetto, Serra, Alonso, Russo, Pedroso, entre outros.

O artigo inicia-se com a introdução, dando sequência com a fundamentação teórica com subtópico: Historicizando a Deficiência Intelectual, a qual faz uma historicização acerca da Deficiência Intelectual até os dias atuais, em sequência com a sessão Desafios e possibilidades: Adaptações curriculares, que discorre a importância de se ter um currículo adaptável com as Políticas Públicas de Inclusão que assegure não apenas o acesso mais também a permanência da criança com deficiência à escola, e em continuidade a sessão, Acompanhamento multidisciplinar com profissionais da saúde e educação, que trás um olhar além da sala de aula permitindo um maior acompanhamento e apoio a criança corroborando para seu desenvolvimento. Como parte integrante da construção da pesquisa tem-se ainda a metodologia, os resultados e discussões, as considerações finais ressaltando a relevância do trabalho de pesquisa, finalizando com as referências bibliográficas de fontes acadêmicas científicas que foram utilizadas para todo desenvolvimento e levantamentos de ideias por se tratar de uma revisão bibliográfica que trouxeram aprimoramento para o tema em estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Historicizando a Deficiência Intelectual

No século XIV iniciou-se a separação de Doença Mental ou Retardo Mental, entre Deficiência Intelectual (DI), como é chamada atualmente. Ao longo da história com o avanço



de estudos, buscou-se aprofundamentos e encontrar um termo para se referir às pessoas com DI, a Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, aprovada em 06/10/2004 pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2004), em conjunto com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), adotou que o termo “deficiência mental” passou a ser chamada de “deficiência intelectual”.

Nesse sentido, pode-se compreender por meio das modificações de terminologias utilizadas ao longo da história e até mesmo na atualidade, a definição de Deficiência Intelectual, e que através de estudos sobre deficiências a pessoa com DI ou qualquer outra deficiência tem desafios mais também possibilidades de aprender e relacionar-se com mundo, conforme Morato e Santos (2012).

Embora a inclusão ainda esteja distante, é preciso de uma reflexão social e contínua no processo de ensino aprendizagem no que tange a esses desafios, e requer do professor planejamentos e uso de novas metodologias aplicadas a esse público com atividades adaptadas que possam atender a crianças com essas especificidades.

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas (Minetto 2008 p. 101).

Porém para que isso aconteça faz-se necessário a estruturação de um currículo, PEI (Plano Educacional Individualizado), bem como um olhar a realidade do aluno por meio do PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, que é o norteador da aprendizagem, isto é, uma mudança de atitude para que assim a escola esteja pronta para receber esse aluno, um olhar à inclusão, rompendo desafios e respeitando-os, garantindo não apenas o acesso a escolarização, mais também a permanência desse alunado, para Serra:

[...] promover a inclusão de deficientes significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades (2006, p.33).

Embora algumas questões na Educação Especial Inclusiva na atualidade sejam um debate tão gritante e aceito nas instituições e “sociedade”, nem sempre foi assim ou é assim por parte de algumas pessoas. Na antiguidade a pessoa com deficiência era vista como imundo,



sofrendo muito preconceito, passando pelo misticismo, abandono, caridade, exclusão social, tortura e até mesmo extermínio, mas na atualidade por meio de lutas, com movimentos sociais, essas pessoas vem passando pelo processo de inclusão. Durante séculos, não existiu a palavra inclusão, o diferente causava estranheza e vergonha para a família, ficaram à margem dos grupos sociais, até que o homem na sociedade pudesse enxergar o seu direito de cidadão dentro da sociedade com à igualdade, cidadania e respeito a pessoa com deficiência. Esse desprezo, rejeição e abandono passou a se configurar, dando lugar a ações de proteção, que buscam a igualdade e equidade social. Sobretudo ainda tem um importante documento que trata a respeito dos direitos das pessoas com deficiência, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O documento trás um olhar humano e versa sobre os direitos das pessoas com deficiência, em seu primeiro artigo, descreve a definição de pessoa com deficiência: aquela que tem impedimentos de natureza mental, física, intelectual, sensorial, inteiração entre outras na sociedade. A Educação Inclusiva ela molda a escola, isto é, pensar em Educação Inclusiva na escola é olhar para realidade da criança que está sendo inserida nela, pois ela é um conjunto de princípios e procedimentos, que são implementados pelo próprio sistema de ensino para representar a diversidade humana, deste modo a participação das pessoas com deficiência vem ganhando força no país.

No século XVIII a DI era confundida com doença mental, e exclusivamente tratada pela medicina por meio da institucionalização, a qual retirava as pessoas com algum tipo de deficiência de suas comunidades de pertencimento, mantendo-as em instituições distantes de suas famílias, ficando isoladas do resto da sociedade, e que para eles era um meio de proteção, tratamento, ou de um processo educacional ofertado a essas pessoas (Aranha, 2001). Mais adiante no século XIX passou-se a levar em considerações as potencialidades da pessoa com algum tipo de deficiência, e aos poucos com pesquisas de profissionais da saúde e educação foram traçando metas para realização de intervenções educativas, principalmente nos países europeus. Em 1960, surge a proposta da Educação Inclusiva, para integração das pessoas com deficiência, que daí começa a ser implantada nas escolas, representando um processo de transformação das concepções teóricas e práticas (Glat, Fontes & Pletsch, 2006), com o AEE (Atendimento Educacional Especializado). Os atendimentos educacionais eram centrados no aluno, preparando-os para adaptação ao ensino regular, isto é, separados dos alunos sem deficiências, não demorou muito até começar a sofrer críticas negativas, pois a maioria dos alunos continuavam segregada/separados em escolas ou salas especiais por não apresentar condições de acompanhar alunos de turmas regulares (Bueno, 2001), passando a perder força



caracterizado como exclusão, e que a pessoa com deficiência tem o direito de conviver no mesmo espaço como os demais.

Mais uma vez começa um novo avanço na Educação Inclusiva, na década de 1980 ganhando força, com mais um novo paradigma, de que a criança com deficiência tenha os mesmos direitos das demais, que a inclusão fundamenta-se no acolhimento a todos sem segregação, e com acesso ao AEE como reforçador ao processo de ensino-aprendizagem das salas regulares, independentemente do tipo de deficiência ou seu grau de comprometimento, com direito de estar dentro das classes comuns do ensino regular, ficando na responsabilidade da escola preparar, organizar e reestruturar o espaço escolar para poder atendê-las e recebê-las.

Durante todo esse processo até os dias atuais, a história da pessoa com DI foi marcada pelo preconceito com diversas palavras preconceituosas como: idiota, leso, imbecil, retardado, débil mental, esquisito entre outras, e esses estigmas foram e estão sendo quebrados, ressaltando que infelizmente ainda há o preconceito. O conceito de Deficiência Intelectual a qual tem sido o mais divulgado na Educação tem como fundamento o sistema de classificação da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD). Conforme essa definição, a DI é compreendida como uma condição caracterizada por algumas limitações, tanto no funcionamento intelectual, quanto no comportamento adaptativo, habilidades conceituais, sociais e práticas, que geralmente são manifestadas antes dos dezoito anos de idade, (AAMR, 2006).

Ou seja, a Deficiência Intelectual (DI), é um distúrbio do desenvolvimento neurológico, a qual suas características começam a ser percebidas na infância, geralmente na faixa etária da idade escolar, e trazem prejuízos ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social da criança quando não é diagnosticada com antecedência, sendo necessário apoio, tanto familiar como de profissionais da saúde e educação com um trabalho interdisciplinar em prol de minimizar tais prejuízos, pois a pessoa com DI tem potencialidades e precisam ser estimuladas, e elas são capazes de viver em sociedade usufruindo de seus direitos e deveres com todo.

3. DESAFIOS E POSSIBILIDADES: ADAPTAÇÕES CURRICULARES

A educação para ser inclusiva precisa estar preparada para as demandas pedagógicas e sociais, e um olhar atento para perceber as dificuldades particulares e limitações das crianças com deficiências. Segundo Alonso (2013, p.2):



A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola compreende em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

Nesse sentido, para que aconteça a inclusão social na escola, é preciso uma adequação curricular para incluir essa demanda, abraçando e traçando metas para superar desafios, e que os professores abracem a causa, participando das capacitações (formação continuada), que servirão de suporte para sua prática pedagógica. A formação continuada possibilita aos profissionais junção teoria/prática, metodologias, dinamismo e aprendizagens, sendo expostos em discussão/diálogo permitindo a troca de ideias, atualizando e apresentando-as de modo mais significativo, com aprendizagens que possam vir a beneficiar as crianças e ao mesmo tempo ao professor. Neste sentido Batista e Mantoan (20007, p. 17), destacam que:

Aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou ser menos privilegiada. São as diferentes ideias, opiniões e níveis de compreensão que enriquecem o processo escolar e clareiam o entendimento dos alunos e professores.

Desse modo, as crianças com DI ganham experiências e estímulos de novas habilidades através das práticas que lhe são ensinadas, eliminando barreiras e dando-lhes autonomia e oportunidade sem discriminação, com criatividade e acessibilidade segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, artigo 4º 13.146/2015 (BRASIL, 2015).

Conforme Carvalho (1999), para que essas barreiras sejam superadas faz-se necessário entender que a inclusão à pessoas com DI não é apenas uma responsabilidade da escola ou professores mais da sociedade como um todo, pois a inclusão vai além da escola.

As adaptações Curriculares devem fazer parte da Educação Inclusiva, tendo em vista as particularidades desse público para que todos aprendam os mesmos conteúdos. Um currículo inclusivo deve se adequar as necessidades e diversidade dos alunos, respeitando seu ritmo de aprendizagem e deve ser adaptável e flexível (STAINBANK e STAINBANK, 1999).

[...] todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas, de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (UNESCO, 1994, s/n).



Vale salientar que o documento a qual norteia a educação inclusiva é a Declaração de Salamanca, apresentando os direitos e de uma proposta de ação para pessoas com deficiência. A declaração surgiu em uma Conferência Mundial, patrocinada pela UNESCO, em Salamanca, na Espanha, entre os dias 07 e 10 de junho de 1994, em prol dos direitos a alunos com qualquer grau de deficiência ou distúrbio neurológico de aprendizagem.

A pessoa com deficiência intelectual pode ter comprometimento em áreas específicas do cérebro, por ele fazer menor quantidade de conexões neurais entre as células nervosas, porém isso não quer dizer que elas não sejam capazes, pois todas as pessoas, com ou sem deficiência, tem suas próprias limitações e potencialidades em diversas áreas de conhecimento e até na sua atuação social. Existem diversas pessoas com deficiência e conseguem vencer desafios e se tornam destaque nas mídias sociais, na carreira acadêmica, profissional entre outras. Da mesma maneira a pessoa com DI, que tem suas potencialidades e podem não ser percebidas pela falta de credibilidade ou preconceito da comunidade a qual está inserida, bem como o capacitismo, mas na atualidade a superação e aceitação pela deficiência vem ganhando um novo cenário, em vez de serem segregados ou se esconderem, estão a cada dia empoderados e mostrando que a deficiência não os impedem de viver, existem músicos com DI, cantor, comediante, ator, entre outros, isto é, estão em todo lugar sejam eles anônimos/ desconhecidos ou famosos conquistando seu espaço e demonstrando para sociedade que todos temos as mesmas capacidades mesmo com limitações.

4. ACOMPANHAMENTO MULTIDISCIPLINAR COM PROFISSIONAIS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO

Na atualidade percebe-se a inúmera demanda à procura por profissionais da educação e saúde com objetivo de minimizar prejuízos cognitivos em crianças com dificuldades de aprendizagem, bem como crianças a qual seus pais tem levantado hipóteses através de observações de alguns comportamentos que causam estranheza ou fora do comum, como por exemplo o TEA, TDAH, TOD entre outros transtornos neurobiológicos. Nesse viés faz-se necessário um acompanhamento, com um Neuropsicopedagogo ou Psicopedagogo para avaliar mediante os sinais apresentados pelo aprendente/criança.

Assim, o profissional Neuropsicopedagogo poderia auxiliar tanto o professor de escolas públicas (salas comuns ou recursos) quanto de escolas privadas a encontrar melhores formas de sanar questões ocorridas em sala, seja de cunho



cognitivo, emocional e/ou social. Inclusive ao pensar em alunos que apresentem deficiências intelectuais, físicas, ou transtornos significativos no comportamento em âmbito escolar, auxiliando o professor na adoção de práticas inclusivas de educação. À equipe pedagógica, oficinas socioeducativas poderiam ser ministradas, a fim de ampliar o conhecimento de todos acerca de temas pertinentes à educação, e evidenciar técnicas e instrumentos que teriam mais assertividade em sala de aula. E, não menos importante, munir também os responsáveis pelas crianças sobre informações oportunas acerca da problemática que as acomete, sinalizando formas de auxiliar e diminuir comportamentos não adaptativos desde suas casas. (CORRÊA; FERRANDINI; SIMÃO, 2020, P. 16).

Caso após a avaliação, intervenção, planejamento e obtenção de um resultado positivo, o profissional faz o encaminhamento para outros profissionais se for o caso.

Diante disso, Russo e Pedroso (2018, p. 101) enfatizam que:

[...] o profissional com formação em Neuropsicopedagogia, aplicando os algoritmos que lhe são naturais por formação, ou seja, identificando demandas educacionais, escolares, elaborando hipóteses, testando hipóteses através dos instrumentos de avaliação, formulando planos de intervenção, realizando orientações/ matriciamentos e retestando, para mensurar as evoluções, pode contribuir para o espectro de objetivos de ONGs e ser um agente necessário na formação deste local de serviço.

A criança que já tem um diagnóstico mediante sua patologia com seu CID, respeitando os códigos de lei vigentes, é de suma importância uma metodologia ativa para construção do processo de inclusão referente a aprendizagem, onde a criança seja participante e foque dentro das situações problemas a qual lhe é proposto. De acordo com Almeida (2012), mais de 80% das crianças com DI apresentam um nível baixo da deficiência, a quais, se chegam a receber um maior apoio e adequado/acompanhamento podem ter um bom desenvolvimento.

Desta maneira, conclui-se que é de suma importância a atuação do Neuropsicopedagogo ou Psicopedagogo no processo de ensino-aprendizagem da criança com DI, a qual se apresenta juntamente com outros profissionais uma atuação multidisciplinar em prol a minimizar as dificuldades na escolarização, colaborando para potencializar a aprendizagem desses alunos, com uso de metodologias e estratégias teórico-práticas aprendidas ao longo de sua formação.

5. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse artigo é de caráter exploratório, por meio de uma revisão bibliográfica da literatura com pesquisas e análises de artigos, livros e revistas já publicados



com intuito de buscar mais informações com aprofundamento e amadurecimento acadêmico acerca do tema abordado.

Nesta perspectiva toda pesquisa bibliográfica inicia-se com a coleta de dados de fontes confiáveis, logo a revisão da literatura.

De acordo com Galliano (1979, p. 109):

A pesquisa bibliográfica é a que efetua tentando resolver um problema ou adquirir novos conhecimentos a partir de informações publicadas em livros e documentos similares (catálogos, folhetos, artigos, etc.). Seu objetivo é desenvolver, recolher e analisar as principais contribuições teóricas sobre um determinado fato, assunto ou ideia.

A abordagem utilizada é quantitativa, no que se concerne com as ideias de Paulilo (1999, p. 135), empregada para compreensão de fenômenos a qual se tem características complexas, trabalhando crenças, valores, opiniões, atitudes, etc, com particularidades de indivíduos e grupos.

Portanto a metodologia utilizada busca compreender a respeito do percurso desde o contexto histórico da Deficiência Intelectual até os dias atuais contribuindo para a desconstrução do preconceito à pessoas com deficiência como todo, ressaltando que faz-se necessário um olhar humano pois a pessoa com DI tem desafios, mais também possibilidades e direito de cidadão atuante e participante independente de sua particularidade.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a história, há séculos que se é lutado pelo processo de integração da pessoa com deficiência na sociedade, isto é, do abandono à institucionalização, a pesquisa é de cunho quantitativo com abordagens de teóricos tais como: Minetto, Serra, Alonso, Russo, Pedroso, entre outros.

Nessa percepção a fim de compreender os desafios e possibilidades enfrentados pela pessoa com Deficiência Intelectual, a pesquisa com seu referencial teórico vem com intuito de trazer conceitos acerca da inclusão social no ambiente escolar com as políticas públicas de inclusão dando acesso e permanência desse alunado.

Deste modo o artigo inicia-se com a introdução, em sequência com a fundamentação teórica com subtópico: Historicizando a Deficiência Intelectual, a qual faz a caminhada da luta



contra a segregação e científica ao fazer a separação de Retardo Mental, Deficiência Mental e Deficiência Intelectual e o processo de inclusão até os dias atuais.

No terceiro tópico Desafios e possibilidades: Adaptações curriculares, que discorre acerca da importância de se ter um currículo adaptável, flexível com a particularidade de aluno com DI, com as Políticas Públicas de Inclusão que assegure não apenas o acesso a escolarização, mais também a sua permanência na escola, que para Alonso a Educação Inclusiva compreende como espaço de transformação e para todos.

No quarto tópico com a sessão, Acompanhamento multidisciplinar com profissionais da saúde e educação, trazendo observações e a importância de se ter um olhar além do pedagógico da sala de aula em si, por motivos de que na atualidade ter se percebido a grande procura desses profissionais como: Neuropsicopedagogos, Psicopedagogos, Neuropediatras, Neurologistas, Psicólogos entre outros que atendam essas demandas em prol de minimizar prejuízos de transtornos neurológicos ou cognitivos que afetam no comportamento ou na aprendizagem de algumas crianças mediante de alguns sinais apresentados, que geralmente são percebidos pela escola.

Nesse sentido diante de todos os dados levantados e apontados em todos os tópicos fica evidenciado que todos os teóricos seguem na mesma linha de raciocínio e que a escola, assumindo seu papel de formadora de cidadãos críticos e reflexivos assumem um papel crucial, ou seja, de suma relevância no desenvolvimento da criança com DI, desde o processo de inclusão com acesso, permanência, adaptações curriculares, dando importância as potencialidades, estimulando-os a aprender, considerando os seus conhecimentos prévios, e com trabalho multidisciplinar em colaboração com outros profissionais, resultando em um desenvolvimento significativo e integral da criança com Deficiência Intelectual dando-lhes possibilidades, autonomia e preparando-os para o mundo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve o objetivo demonstrar que as pessoas com deficiência, inclusive as pessoas com deficiência intelectual, embora tenham passado por um contexto histórico de lutas pela inclusão até ter seus direitos preservados bem como a quebra dos estigmas e segregação, têm ainda muitos desafios a serem enfrentados, mais que também têm suas potencialidades para além de suas limitações causadas pela deficiência.

Com as descobertas científicas ao longo da história foi possível compreender que o preconceito ganhou lugar para o aprofundamento com estudos de como potencializar as



habilidades da pessoa com DI e inclui-las em habilidades de desenvolvimento com método da Metodologia Ativa.

Em suma, a pessoa com Deficiência Intelectual pode ser o autor de sua própria história se lhe for proporcionado estímulos, e que esses sejam com todos envolvidos, isto é, uma inclusão de ofertas de oportunidades para potencialização do desenvolvimento cognitivo da pessoa com Deficiência Intelectual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. Apresentação. In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Especializado – CAPE. **Deficiência Intelectual: realidade e ação**. São Paulo: SE, 2012.

American Association on Mental Retardation [AAMR]. **Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio** (10 ed.). Porto Alegre: Artmed, (2006).

Aranha, M.S.F. **Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica**. Temas em Psicologia, 2, (1995).

ALONSO, Daniela. **Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio**. 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/554/osdesafiosda->. Acesso em 23 dez. 2023.

AAMR- American Association on Mental Retardation (2006). **Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio**. (10 ed.). Porto Alegre: Artmed.

AMPUDIA, Ricardo. **O que é deficiência intelectual?** 01 de agosto de 2011. disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/271/o-que-e-deficiencia-intelectual>. Acesso em 27 dez. 2023.

Bueno, J.G. **A inclusão de alunos diferentes nas classes comuns do ensino regular**. Temas sobre Desenvolvimento, São Paulo, 9 (54), (2001).

Barros, A. **Alunos com deficiência nas escolas regulares: limites de um discurso**. Saúde e Sociedade, 14 (3), (2005).

BATISTA, Cristina Abranches Mota; Mantoan, Maria Teresa Eglér. Atendimento Educacional Especializado. In: GOMES, Adriana L. Limaverde et al. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: Deficiência mental**. SEESP/SEED/MEC Brasília/DF – 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_d_m.pdf. Acesso em 27 dez. 2023.

CARVALHO, Rosita Edler. Integração e inclusão: do que estamos falando? In: **Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais / Secretaria de Educação a Distância**. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. (Série de Estudos. Educação a Distância, ISSN 1516-2079; v.9).



CORRÊA, Tiago Henrique Barnabé; FERRANDI, Liliene Maria; SIMÃO, Guilherme Faquim. Contribuições da Neuropsicopedagogia no Contexto Educacional: Um novo olhar para a Instituição Escolar. **Educere et Educare**, Vol.15, n. 36. out. 2020, p.1- 21. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/15756/13561> Acesso em: 04 jan. 2024.

_____. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

Glat, R., Fontes, R. de S. & Pletsch, M.D. **Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino**. Revista Inclusão Social, 6, 2006.

GALLIANO, G. **O método científico**: teórico e prático. São Paulo: Editora Mosaico LTDA, 1979, p. 109.

Goffman, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, (1999).

_____, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 27 dez. 2023.

MORATO, Pedro; SANTOS, Sofia. **Acertando o passo**: falar de deficiência mental é um erro, deve-se falar de dificuldade intelectual e desenvolvimental (DID). Por que? Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 18, n. 1, p. 3-16, jan. /mar. 2012.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva**: entendendo esse desafio. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. São Paulo: Artmed, 2003.

Mendes, E.G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, 11 (33), (2006).

Miranda, A.A.B. **A prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental**. 2003. 672f. Tese de Doutorado. Universidade Metodista, Piracicaba, (2003).

Pessotti, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T.A. Queiroz, (1984).

PAULILO, Maria Angela Silveira. Pesquisa quantitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999. Disponível em: http://www.uel.br/revista/c_v2n1_pesquisa.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.

_____. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Revista do Ministério Público do Trabalho, XI (21), (2001).



RUSSO, R. M.T; PEDROSO, C.O. Neuropsicopedagogo no terceiro setor. *In:* RUSSO, R. M. T. (org.). **Neuropsicopedagogia Institucional**. Curitiba: Juruá, 2018.

SERRA, Dayne. **Inclusão e ambiente escolar**. Inclusão em educação: cultura, políticas e práticas/ Mônica Pereira dos Santos, Marcos Moreira Paulino (orgs.). São Paulo: Cortez, 2006.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. 1994. Disponível em: Acesso em: 04 jan. 2024.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In:* VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.